

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**Secretaria de Licitações, Contratos e Patrimônio - Selip
Diretoria de Licitações, Processamento de Contratos e Aditivos - Dilic

TC: 008.856/2025-7

EDITAL**PREGÃO ELETRÔNICO nº 13/2026**Data de Abertura: 23/03/2026 às 09:00 no sítio
www.gov.br/compras**Objeto**

Fornecimento, mediante sistema de registro de preços, de scanners de código de barras para otimização do fluxo de trabalho, de modo a promover maior eficiência na digitalização e gestão do público presente em cerimônias realizadas pelo Tribunal de Contas da União e TCU.

Valor estimado

R\$ 71.814,00 (setenta e um mil e oitocentos e quatorze reais)

Registro de Preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	Forma de Adjudicação
SIM	NÃO SE EXIGE	CONTRATAÇÃO POR NOTA DE EMPENHO	GLOBAL

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VEJA SEÇÃO XII) ***Requisitos Básicos:**

- Certidão CNDT
- Certidão negativa de falência
- Certidão CNJ
- Sicaf ou documentos equivalentes
- Certidão do Portal da Transparência

*O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	Reserv. Cota ME/EPP?	Exige Amostra/Dem.?	Dec. nº 7.174/2010?
SIM	NÃO	SIM	SIM

Prazo para envio da proposta/documentação

Até 3 hora (s) após a convocação realizada pelo (a) pregoeiro (a).

Pedidos de EsclarecimentosAté 19h do dia 18/03/2026 para os endereços
cpl@tcu.gov.br e RENATOTL@tcu.gov.br**Impugnações**Até 19h do dia 18/03/2026 para os endereços
cpl@tcu.gov.br e RENATOTL@tcu.gov.br**Observações Gerais**

A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e FECHADO os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de R\$ 0,1



**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
SECRETARIA ESPECIALIZADA EM COMPRAS PÚBLICAS
DIRETORIA DE CONTRATAÇÕES**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 90013/2026

REGISTRO DE PREÇOS

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP

O **Tribunal de Contas da União - TCU** e este **Pregoeiro**, designado Portaria-SecCompras n. 25, de 29 de dezembro de 2025, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da **Lei n. 14.133/2021**, da **Lei Complementar n. 123/2006**, do **Decreto n. 11.462/2023**, e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, farão realizar licitação na modalidade **Pregão Eletrônico** mediante as condições estabelecidas neste edital.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 23 de março de 2026

HORÁRIO: 09h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras

CÓDIGO UASG: 30001

SEÇÃO I – DO OBJETO

1. A presente licitação tem como objeto o fornecimento, mediante sistema de registro de preços, de scanners de código de barras para otimização do fluxo de trabalho, de modo a promover maior eficiência na digitalização e gestão do público presente em cerimônias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU, conforme especificações em anexo.

1.1. Em caso de discordância entre as especificações descritas no portal www.gov.br/compras e as constantes do edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO II – DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2. A despesa com a execução do objeto desta licitação para o Órgão Gerenciador é estimada em R\$ 71.814,00 (setenta e um mil e oitocentos e quatorze reais), conforme o orçamento anexo.



SEÇÃO III – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3. Poderão participar deste **Pregão** exclusivamente microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar n. 123/2006, previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no sítio www.gov.br/compras.

3.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.

3.2. O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TCU responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4. Não poderão disputar este **Pregão**:

4.1. Pessoa jurídica que se encontre, na data de abertura deste **Pregão**, impossibilitada de licitar ou contratar com a Administração em decorrência de sanção que lhe foi imposta, inclusive nos impedimentos derivados do art. 72, § 8º, V, da Lei n. 9.605/1998 e do art. 12 da Lei n. 8.429/1992;

4.1.1. O impedimento de que trata esta subcondição será também aplicado à **licitante** que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da **licitante**.

4.2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TCU ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.4. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.5. Empresa estrangeira que não funcione no Brasil, enquanto pendente a regulamentação citada no parágrafo único do art. 70 da Lei n. 14.133/2021;

4.6. Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

4.7. Pessoa física.



SEÇÃO IV – DA VISTORIA

5. Não se exigirá que a **licitante** realize vistoria do local de entrega do bem.

SEÇÃO V – DA PROPOSTA

6. A **licitante** cadastrará sua proposta exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, momento em que o prazo para recebimento de novas propostas será automaticamente encerrado.

6.1. A **licitante** deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o **valor unitário ofertado para o item**, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

6.2. Não será admitida proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

7. A **licitante** deverá, em campo próprio do sistema eletrônico, sob pena de inabilitação ou desclassificação, declarar que:

7.1. Cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital;

7.2. Não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;

7.3. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

7.4. Sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sessão de abertura deste **Pregão**.

8. A **licitante** deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que:

8.1. Atende aos requisitos do art. 3º da LC n. 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei;

8.2. No ano-calendário de realização deste **Pregão**, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.



9. A **licitante** apta a usufruir do benefício estabelecido no Decreto n. 11.890/2024 deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que o material ofertado se enquadra, conforme o caso, na Margem de Preferência Normal (MPN) e na Margem de Preferência Adicional (MPA), estabelecidas em resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).
10. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou à margem de preferência prevista na condição anterior sujeitará a **licitante** às sanções previstas no edital.
11. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 11.1. Qualquer elemento que possa identificar a **licitante** importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no edital.
- 11.2. Até a abertura da sessão pública, a **licitante** poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.
12. As propostas terão validade de **60 (sessenta) dias** corridos, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo do edital.
- 12.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços, ficam as **licitantes** liberadas dos compromissos assumidos.

SEÇÃO VI – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13. A abertura da sessão pública deste **Pregão**, conduzida pelo **Pregoeiro**, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo do edital, no sítio www.gov.br/compras.
14. Durante a sessão pública, a comunicação entre o **Pregoeiro** e as **licitantes** ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
15. Cabe à **licitante** acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do **Pregão**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

SEÇÃO VII – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

16. Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.
17. A **licitante** somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.



- 17.1.** A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 18.** Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 19.** Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.
- 20.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 21.** Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.
- 22.** Se ocorrer a desconexão do **Pregoeiro** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às **licitantes**, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 23.** No caso de a desconexão do **Pregoeiro** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do **Pregão** será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras.
- 24.** Neste **Pregão** o modo de disputa adotado será o **aberto e fechado**, conforme art. 56 da Lei n. 14.133/2021.
- 24.1.** A etapa aberta de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 24.2.** Encerrado o prazo de 15 (quinze) minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 24.3.** Durante a etapa aberta, o intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$ 0,01 (um centavo), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 24.4.** Após a etapa de que trata a subcondição anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado.
- 24.5.** Na ausência de, no mínimo, 3 (três) ofertas com valores até 10% (dez por cento) superiores à de valor mais baixo, as autoras dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3 (três), poderão oferecer um lance final e fechado.
- 24.6.** No procedimento de oferta do lance final e fechado:



- 24.6.1.** A **licitante** poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 24.6.2.** O prazo será de até 5 (cinco) minutos e o lance será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 24.7.** Encerrado o prazo estabelecido de até 5 (cinco) minutos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente.

SEÇÃO VIII – DA APLICAÇÃO DE MARGEM DE PREFERÊNCIA

25. Com fundamento no artigo 26 da Lei n. 14.133/2021 e no Decreto n. 11.890/2024, será aplicada margem de preferência para os bens ofertados que estejam contemplados nas resoluções da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS), observando os seguintes diferenciais de preço:

- 25.1.** Margem de Preferência Normal (MPN) de até 10% (dez por cento) dos produtos manufaturados nacionais sobre o preço dos produtos manufaturados estrangeiros.
- 25.2.** Margem de Preferência Adicional (MPA) de até 10% (dez por cento) dos produtos manufaturados nacionais resultantes de desenvolvimento e inovação tecnológica realizados no País sobre o preço dos produtos manufaturados estrangeiros e que, acumulada à MPN, não poderá ultrapassar 20% (vinte por cento).

26. O produto objeto desta licitação encontra-se entre os listados no Anexo I da Resolução CICS n. 4/2024, conforme tabela a seguir:

NCM	Descrição	Regra de Origem	Margem Normal	Regra de Qualificação	Margem Adicional
8471	84.71: Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada, e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas noutras posições.	código CFI ou PPB	10%	Portaria Desin	10%

27. O **Pregoeiro** atribuirá ao item a MPN e a MPA, conforme o caso, sendo a aplicação da margem de preferência realizada automaticamente pelo sistema Compras.gov.br.

SEÇÃO IX – DA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DISPUTA NA LICITAÇÃO

28. O eventual descumprimento das vedações elencadas na Seção III do edital serão verificadas mediante consulta ao:



- 28.1. Sicafe, na parte que trata das ocorrências e impedimentos;
- 28.2. Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

SEÇÃO X – DA NEGOCIAÇÃO

29. Definido o resultado do julgamento, o **Pregoeiro** poderá negociar condições mais vantajosas com a primeira colocada.

- 29.1. A negociação poderá ocorrer quando a proposta da primeira colocada, após a fase de disputa, permanecer acima do valor estimado ou quando o **Pregoeiro** considerar que a fase competitiva não foi suficiente para obtenção da melhor proposta.
- 29.2. Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da contratação, a negociação poderá ser feita com as demais **licitantes**, respeitada a ordem de classificação estabelecida.
- 29.3. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelas demais **licitantes**.
- 29.4. Depois de concluída, a negociação terá seu resultado divulgado a todas as **licitantes** e anexado aos autos do processo licitatório.

SEÇÃO XI – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

30. A **licitante mais bem classificada** deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, no prazo de 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema no sistema www.gov.br/compras.

- 30.1. A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

31. O **Pregoeiro** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela **licitante mais bem classificada**, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo do edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

32. O **Pregoeiro** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.



- 32.1. O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do TCU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.
- 32.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.
- 32.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.
- 32.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.
 - 32.4.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.
- 32.5. Será desclassificada a proposta que:
 - 32.5.1. Contiver vícios insanáveis;
 - 32.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
 - 32.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;
 - 32.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo **Pregoeiro**;
 - 32.5.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste **Pregão**.
 - 32.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
 - 32.5.6. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Pregoeiro**.
- 33. A **licitante** que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas no instrumento convocatório.
- 34. Se a proposta não for aceitável, se a **licitante** não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda ao edital.



SEÇÃO XII – DA HABILITAÇÃO

35. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas da **licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

36. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do *caput* e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicafe, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da **licitante**, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras, quando solicitados pelo **Pregoeiro**.

36.1. Os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo de até 03 (três) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Pregoeiro**.

36.2. A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da **licitante**, mediante justificativa aceita pelo **Pregoeiro**; ou de ofício, a critério do **Pregoeiro**, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade.

37. Para fins de **qualificação econômico-financeira**, deverá ser apresentada certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da **licitante**.

38. Caso o produto ofertado pela **licitante** se enquadre, conforme o caso, na Margem de Preferência Normal (MPN) e na Margem de Preferência Adicional (MPA), além da documentação de habilitação anteriormente exigida, deverá apresentar ao menos um dos documentos previstos no art. 7º da Resolução CICS n. 4/2024.

39. O **Pregoeiro** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

39.1. Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema www.gov.br/compras poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Pregoeiro**.

39.1.1. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Serviço de Licitações - Selic do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 04, Lote 1, Anexo I, sala 117, CEP 70042-900, Brasília-DF.

39.2. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da **licitante**, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

39.3. As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

- 39.4.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto n. 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 39.5.** Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 39.6.** Havendo alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, a realização do pagamento ou parcelamento do débito e a emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 39.6.1.** O prazo para regularização fiscal e trabalhista será contado a partir da divulgação do resultado da fase de habilitação.
- 39.6.2.** A prorrogação do prazo previsto poderá ser concedida, a critério da administração pública, quando requerida pela **licitante**, mediante apresentação de justificativa.
- 39.7.** A não regularização da documentação, no prazo previsto na subcondição anterior, implicará decadência do direito ao registro de preços e à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital, e facultará ao **Pregoeiro** convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação.
- 40.** Constatado o atendimento às exigências fixadas no edital, a **licitante** será declarada vencedora.
- 41.** Após a entrega da documentação para habilitação, documentos adicionais, relacionados ou não com os já disponibilizados ao **Pregoeiro**, somente serão aceitos em sede de diligência e desde que preenchidos cumulativamente os seguintes requisitos:
- 41.1.** Houve erro no envio ou juntada no momento oportuno;
- 41.1.1.** Os documentos embora existentes na data da abertura do certame, não foram disponibilizados tempestivamente.
- 41.2.** Comprovam condição pré-existente à data da sessão de abertura do certame;
- 41.3.** Não alteram substancialmente a proposta, os documentos de habilitação e sua validade jurídica, de forma a comprometer a integridade de documento ou informação tempestiva e válida recebida anteriormente.
- 42.** O saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica será efetuado pelo **Pregoeiro**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.



SEÇÃO XIII – DA AMOSTRA

43. A **licitante mais bem classificada** poderá ser convocada para apresentar amostra do produto ofertado, conforme regras estabelecidas em anexo.

- 43.1.** Não será aceita a proposta da **licitante** que tiver amostra reprovada, que não enviar amostra, ou que não a apresentar no prazo estabelecido.
- 43.2.** A apresentação de amostra poderá ser dispensada quando se tratar de produto oriundo de linha industrial de produção cujo exemplar já tenha sido aprovado em teste anterior realizado pelo TCU.
- 43.3.** A apresentação de amostra falsificada ou deteriorada, como original ou perfeita, configura comportamento inidôneo, punível nos termos do edital.

SEÇÃO XIV – DO RECURSO

44. Qualquer **licitante** poderá, no prazo de 10 (dez) minutos, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

45. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da data de lavratura da ata do pregão.

46. As demais **licitantes** ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de divulgação da interposição do recurso.

47. Será assegurado à **licitante** vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

48. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

SEÇÃO XV – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

49. A adjudicação e homologação deste **Pregão** competem ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União.

50. O objeto deste **Pregão** será adjudicado à vencedora do item.

SEÇÃO XVI – DO REGISTRO DE PREÇOS

51. O Tribunal de Contas da União é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

- 51.1.** A SecCompras/Segedam será a unidade responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desta licitação.



- 52. A Ata de Registro de Preços será de uso exclusivo do Tribunal de Contas da União.**
- 52.1. Não serão permitidos órgãos ou entidades participantes na Intenção de Registro de Preços – IRP e não será permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes à Ata de Registro de Preços, tendo em vista as peculiaridades da contratação.**
- 53. A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.**
- 54. Por ocasião da homologação da licitação, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços, será nela incluído, na forma de anexo, o registro:**
- 54.1. Das licitantes não desclassificadas** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **adjudicatária**, observada a classificação na licitação; e
- 54.2. Das licitantes não desclassificadas** que mantiverem sua proposta original.
- 55. Homologado o resultado deste Pregão, a licitante mais bem classificada** será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.
- 55.1. O prazo de convocação** poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **licitante mais bem classificada**, desde que ocorra motivação apresentada dentro do prazo e a justificativa seja aceita pelo Tribunal de Contas da União.
- 55.2. Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado ao TCU convocar as licitantes remanescentes** do cadastro de reserva para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.
- 55.2.1. Caso as licitantes remanescentes não aceitem a contratação no mesmo prazo de convocação e nas condições propostas pela primeira classificada, o TCU poderá negociar preço melhor, ainda que acima do ofertado pela adjudicatária.**
- 55.2.2. Quando frustrada a negociação, o TCU poderá adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes.**
- 56. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.**
- 57. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.**



58. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.
59. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas nos incisos I e II do artigo 25 do Decreto n. 11.462/2023.
- 59.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.
60. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o **fornecedor** para negociar a redução do preço registrado.
- 60.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o **fornecedor** será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 60.2. Na hipótese prevista na subcondição anterior, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
61. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o compromisso firmado não puder ser cumprido, o **fornecedor** poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado.
- 61.1. O **fornecedor** encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
- 61.2. Caso o pedido seja deferido, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.
- 61.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o **fornecedor** deverá cumprir o compromisso assumido, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.
- 61.3.1. Se houver o cancelamento do registro do **fornecedor**, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
62. Não havendo êxito nas negociações relativas aos ajustes aos valores praticados no mercado, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

63. O registro do **fornecedor** será cancelado e formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando este:

- 63.1.** Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;
- 63.2.** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
- 63.3.** Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese de indeferimento do pedido de alteração pelo órgão gerenciador, não comprovando a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado em relação ao praticado no mercado;
- 63.4.** Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.
 - 63.4.1.** Caso a sanção aplicada ao **fornecedor** não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

64. Qualquer convocação de **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva deverá observar a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços registrados com o valor estimativo da contratação e as exigências de habilitação e de aceitabilidade da proposta previstas no edital.

65. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

- 65.1.** Por razão de interesse público;
- 65.2.** A pedido do **fornecedor**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
- 65.3.** Se não houver êxito nas negociações para alteração dos preços registrados aos praticados no mercado.

66. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata de Registro de Preços, concluídos os procedimentos de ajuste, o TCU fará o devido apostilamento na Ata e informará às **licitantes** a nova ordem de classificação.

67. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.



SEÇÃO XVII – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

68. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para assinatura do contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

69. Poderá ser acrescentada ao contrato a ser assinado qualquer vantagem apresentada pelo **fornecedor registrado** em sua proposta, desde que seja pertinente e compatível com os termos deste Edital.

70. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo TCU.

71. Por ocasião da assinatura do contrato, verificar-se-á por meio do Sicaf e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

72. Constitui fator impeditivo para a celebração e aditamentos da contratação decorrente deste **Pregão** a existência de registro relativo à **licitante vencedora** no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), conforme arts. 6º e 6º-A da Lei n. 10.522/2002.

72.1. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á, em consulta ao Cadin, se existe registro relativo à **licitante vencedora**.

73. Quando a **licitante** convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.

73.1. Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

73.1.1. Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

73.1.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

SEÇÃO XVIII – DAS SANÇÕES

74. Com fundamento no artigo 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, cumulativamente ou não com multa aplicada em razão de qualquer das infrações administrativas previstas no artigo 155 da Lei n. 14.133/2021, a **licitante**:

- 74.1.** Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
- 74.1.1.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame – de 2 (dois) meses a 6 (seis) meses;
- 74.1.1.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de entregar quaisquer documentos de habilitação exigidos durante a licitação.
- 74.1.2.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado – de 2 (dois) meses a 1 (um) ano;
- 74.1.2.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses:
- 74.1.2.1.1.** Deixar de enviar a proposta ou se recusar a enviar seu detalhamento, quando exigível;
- 74.1.2.1.2.** Solicitar a desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja evidenciada e justificada a impossibilidade de seu cumprimento.
- 74.1.3.** Não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 6 (seis) meses a 1 (um) ano;
- 74.1.3.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, deixar de assinar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 74.1.4.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.
- 74.1.4.1.** Configurar-se-á esta infração, entre outras hipóteses, qualquer ação ou omissão da **licitante** que:
- 74.1.4.1.1.** Prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital;
- 74.1.4.1.2.** Atrase a assinatura do contrato ou a ata de registro de preços;
- 74.1.4.1.3.** Ocasione o descumprimento dos prazos estabelecidos no edital.

74.2. Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:

74.2.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, como, entre outras hipóteses, os casos que impliquem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas:

74.2.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

74.2.1.2. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

74.2.2. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

74.2.3. Fraudar a licitação – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

74.2.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

74.2.4.1. Reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

74.2.5. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;

74.2.6. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

75. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação.

76. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



76.1. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, com fundamento no § 3º do art. 26 da Lei n. 9.784/1999, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

76.1.1. A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do TCU, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

SEÇÃO XIX – DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

77. Até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste **Pregão** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br, até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

78. Acolhida a impugnação contra o edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

79. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao **Pregoeiro** até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br, até as 19 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

80. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

SEÇÃO XX – DISPOSIÇÕES FINAIS

81. Ao Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas da União compete anular este **Pregão** por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado.

81.1. A anulação do **Pregão** implica a anulação da Ata de Registro de Preços e dos contratos deles decorrentes.

81.2. As **licitantes** não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.



82. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Lei n. 14.063, de 23 de setembro de 2020, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

83. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas no edital, prevalecerão as últimas.

SEÇÃO XXI – DOS ANEXOS

84. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

84.1. Anexo I - Termo de Referência;

84.2. Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços;

84.3. Anexo III - Minuta do Contrato.

SEÇÃO XXII – DO FORO

85. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília, 11 de março de 2026

Renato Teixeira Leite de La Rocque

Pregoeiro



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto

1.1. Fornecimento, mediante sistema de registro de preços, de scanners de código de barras para otimização do fluxo de trabalho, de modo a promover maior eficiência na digitalização e gestão do público presente em cerimônias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

2. Estudos Técnicos Preliminares

2.1. O estudo técnico com maiores informações sobre o planejamento da contratação está disponível no processo - TC 008.856/2025-7.

3. Orçamento estimado

Item	Descrição	Quant.	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Scanner de código de barras, conforme especificações anexas ao edital da presente licitação.	15	4.787,60	71.814,00
Valor Total Estimativo da Contratação				71.814,00

4. Especificações técnicas

Características de referência para o scanner de código de barras

Requisitos Técnicos Mínimos dos Dispositivos Móveis Portáteis, Tipo PDA / Terminal de Coleta de Dados com Leitor de Código de Barras (1D/2D)

Plataforma e Hardware

Item	Especificação mínima exigida
Sistema operacional	Android versão 13 ou superior, com política de atualização por no mínimo 2 anos
Processador	Octa-core com frequência mínima de 1,8 GHz ou equivalente moderno
Memória RAM	4 GB ou mais
Armazenamento interno	64 GB ou superior
Slot de expansão	Slot microSD (mínimo de +128 GB) opcional
Tela	Touch colorido (capacitivo), mínimo 5,5" com resolução HD ou superior
Visibilidade	Brilho mínimo de 450 nits, com ajuste automático ou manual



Leitor de código de barras	Integrado (1D/2D/QR) com sensor moderno (ex: SE4710 ou similar)
Iluminação	Iluminação assistida para leitura em ambientes escuros
Conectividade Wi-Fi	Dual-band (2,4 GHz + 5 GHz), mínimo padrão 802.11ac / Wi-Fi 6 preferencial
Bluetooth	Versão 5.0 ou superior, com suporte BLE
Rede celular	Suporte 4G LTE compatível com o Brasil e homologado pela Anatel
NFC / RFID	Leitor NFC (ISO 14443 A/B) opcional
GPS / GNSS	Módulo de posicionamento com suporte GPS / GLONASS / BeiDou
Interface física	Porta USB tipo-C ou equivalente com transmissão mínima de 480 Mbps
Bateria	Capacidade mínima de 5 000 mAh, preferencialmente removível
Autonomia	Operação contínua mínima de 8 horas
Tempo de carga	Máximo de 3 horas (Quick Charge ou equivalente)
Troca de bateria sem desligar	Recurso de hot-swap, se disponível
Peso máximo	Até 350 g, incluindo bateria (preferencial)

Robustez e Ambiente

Item	Exigência mínima
Grau de proteção	IP65 ou superior (resistência a poeira e jatos de água)
Quedas / resistência	Suporte a quedas de 1,5 m em piso de concreto
Normas aplicáveis	Atendimento às normas MIL-STD-810G ou equivalente
Temperatura operacional	-20 °C a +50 °C
Temperatura de armazenamento	-40 °C a +70 °C
Umidade relativa	5 % a 95 %, sem condensação
Poeira / vento	Proteção contra partículas sólidas e névoa

Integração e Software

Requisitos mínimos:
Disponibilização de SDK / API para integração com sistemas internos (ERP, WMS, aplicativos).
Capacidade de atualização remota (OTA) de firmware e aplicativos.
Suporte a protocolos padrão (HTTP, HTTPS, REST, JSON, WebSocket).
Gerenciamento remoto (MDM) para controle de dispositivos, segurança e configuração.
Registro de logs de operação e falhas, com exportação para sistema de gestão.

Garantia e Suporte

Item	Exigência mínima
Garantia	Mínimo de 24 meses após recebimento definitivo
SLA de atendimento	Reparo ou substituição em até 5 dias úteis
Peças de reposição	Disponibilidade de peças e baterias por todo o período de garantia
Treinamento	Capacitação técnica e entrega de manuais em português

Certificações e Conformidades

Item	Exigência mínima
Homologação Anatel	Obrigatória para dispositivos com comunicação celular
Certificações internacionais	CE, FCC ou equivalentes
Normas ambientais	Conformidade RoHS
Segurança elétrica	Atendimento a normas IEC / ABNT aplicáveis

5. Amostra

5.1. Durante a fase de julgamento da proposta, a **licitante mais bem classificada** poderá ser convocada para apresentar amostra do scanner de código de barras ofertado.

5.2. A convocação será formalizada pelo Pregoeiro, que fixará o prazo de até 10 (dez) dias úteis para entrega da amostra no endereço: Tribunal de Contas da União, Setor de Administração Federal Sul, SAFS – Quadra 4, Lote 1, CEP 70042-900, Brasília – DF, Edifício Sede, Sala 342 (Aceri).

5.3. A avaliação das amostras será realizada com base na conformidade do produto ofertado com as especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

5.4. A análise será documentada em relatório técnico, garantindo transparência, rastreabilidade e isonomia.



5.5. Excepcionalmente, o prazo de entrega da amostra poderá ser prorrogado por até 5 (cinco) dias úteis, desde que a licitante comprove o envio dentro do prazo original.

5.5.1. Serão aceitos como demonstrativo do envio no prazo original documentos tais como: a nota fiscal de remessa; o comprovante da transportadora ou a guia de envio.

5.6. A licitante deverá apresentar juntamente com a amostra:

5.6.1. Catálogos, manuais e fichas técnicas oficiais emitidos pelo fabricante, comprovando o atendimento às especificações técnicas previstas no Termo de Referência.

5.7. Para os fins desta licitação, entende-se por amostra o exemplar completo e funcional do equipamento, construído com materiais novos, que permita a verificação de todas as características técnicas e operacionais exigidas no Termo de Referência.

5.8. A amostra será devolvida à licitante ao final da análise, no estado em que se encontrar.

5.9. A análise poderá ser acompanhada por representante legal da licitante ou preposto formalmente designado, mediante agendamento prévio, sem interferência nos procedimentos técnicos.

5.10. A área técnica responsável definirá a data e o horário da avaliação, podendo solicitar esclarecimentos complementares sobre os componentes ou desempenho do equipamento.

5.11. O parecer técnico conclusivo sobre a amostra será emitido em até 10 (dez) dias úteis contados do seu recebimento, podendo conter as seguintes conclusões:

5.11.1. Aprovada;

5.11.2. Aprovada com ressalvas; ou

5.11.3. Reprovada.

5.12. Em caso de aprovação com ressalvas, poderá ser dispensada a reapresentação da amostra, desde que a licitante manifeste formalmente sua ciência e concordância em atender integralmente as exigências indicadas no parecer técnico, quando do fornecimento do objeto.

5.13. Se a amostra for reprovada, a proposta será desclassificada e serão convocadas as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação.

5.14. A amostra aprovada poderá, a critério do TCU, ser computada como unidade entregue no fornecimento correspondente, desde que permaneça íntegra e funcional.

5.15. A licitante é responsável pela entrega, retirada e destinação ambientalmente adequada das amostras e resíduos, conforme a legislação ambiental e as políticas de sustentabilidade do TCU, apresentando comprovante de destinação final, se solicitado.

5.16. Caso a amostra apresentada não seja considerada como unidade entregue na contratação, deverá ser retirada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data da comunicação pelo Pregoeiro do resultado da análise da amostra.

5.16.1. Decorrido este prazo sem que a amostra tenha sido retirada, o TCU poderá incluir o bem em processo de desfazimento.



6. Fluxo operacional – apresentação e análise de amostras

6.1. Convocação da licitante mais bem classificada:

6.1.1. Responsável: Pregoeiro.

6.1.2. Descrição:

6.1.2.1. A licitante será convocada por meio de comunicação no sistema www.gov.br/compras para apresentação da amostra do scanner de código de barras por ela ofertado.

6.1.2.2. A convocação indicará:

6.1.2.2.1. O prazo de entrega da amostra (até 10 dias úteis);

6.1.2.2.2. O endereço de entrega.

6.1.3. Base legal: Art. 41, II, da Lei n. 14.133/2021.

6.2. Entrega da Amostra:

6.2.1. Responsável: Licitante

6.2.2. Procedimentos:

6.2.2.1. Entregar 1 (uma) unidade funcional do scanner de código de barras, conforme especificações técnicas previstas no Termo de Referência, acompanhada de:

6.2.2.1.1. Catálogo técnico e manual do fabricante;

6.2.2.1.2. Declaração de autorização do fabricante (se aplicável);

6.2.2.1.3. Relatório de conformidade técnica.

6.2.2.2. A amostra deve estar em perfeitas condições de uso, com acessórios necessários ao teste (cabos, suporte, carregador).

6.2.2.3. A licitante é responsável pelo transporte, entrega e retirada da amostra, bem como pela destinação ambiental adequada de eventuais resíduos.

6.3. Análise Técnica e Testes de Desempenho:

6.3.1. Responsável: Aceri/TCU.

6.3.2. Procedimentos:

6.3.2.1. Avaliar a amostra em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento, considerando critérios objetivos:

6.3.2.1.1. Conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência;

- 6.3.2.1.2. Documentação técnica apresentada.
 - 6.3.2.2. Elaborar Relatório Técnico de Avaliação, contendo:
 - 6.3.2.2.1. Descrição dos testes realizados;
 - 6.3.2.2.2. Eventuais não conformidades observadas;
 - 6.3.2.2.3. Parecer conclusivo (aprovada, aprovada com ressalvas ou reprovada).
 - 6.3.2.3. O relatório será juntado ao processo correspondente para ciência e divulgação do resultado.
-

6.4. Comunicação do Resultado e Providências

- 6.4.1. Responsável: Pregoeiro.
 - 6.4.2. Procedimentos:
 - 6.4.2.1. Comunicar à licitante o resultado da avaliação da amostra:
 - 6.4.2.1.1. Aprovada: autorização para fornecimento do item correspondente quando formalizado o contrato.
 - 6.4.2.1.2. Aprovada com ressalvas: dispensada nova amostra, mediante manifestação formal da licitante concordando com as exigências.
 - 6.4.2.1.3. Reprovada: desclassificação da proposta e convocação de licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação.
 - 6.4.2.2. Caso aprovada, a amostra poderá ser computada como unidade entregue no primeiro fornecimento, desde que não apresente danos.
-

6.5. Devolução e Arquivamento

- 6.5.1. Responsável: Licitante e Aceri/TCU.
- 6.5.2. Procedimentos:
 - 6.5.2.1. A amostra será devolvida à licitante no estado em que se encontrar ao término da análise.
 - 6.5.2.2. Caso danificada em razão dos testes, não será computada como unidade entregue e será liberada para retirada.
 - 6.5.2.3. A licitante deverá retirar a amostra em até 30 (trinta) dias corridos da comunicação de devolução.
 - 6.5.2.4. Decorrido o prazo, o TCU poderá incluir o bem em processo de desfazimento, conforme normas internas.

6.5.2.5. Todo o procedimento (convocação, entrega, análise, parecer e devolução) será registrado no processo da contratação, assegurando rastreabilidade e transparência.

7. Tabela resumo – apresentação e análise de amostras

Etapas	Ação	Responsável	Prazo
1	Convocação da licitante para apresentação da amostra	Pregoeiro	-
2	Entrega da amostra e documentação técnica	Licitante	Até 10 dias úteis
3	Avaliação técnica e emissão de parecer	Aceri/TCU	Até 10 dias úteis após recebimento
4	Comunicação do resultado e registro no sistema www.gov.br/compras	Pregoeiro	-
5	Devolução ou aproveitamento da amostra	Licitante / Aceri	Até 30 dias corridos após notificação

8. Local de entrega do objeto

8.1. A entrega dos equipamentos será efetuada na sede do Tribunal de Contas da União, Setor de Administração Federal Sul, SAFS – Quadra 4, Lote 1, CEP 70042-900, Brasília – DF, Edifício Sede, Sala 342 (Aceri)

9. Unidade responsável pela fiscalização do contrato

9.1. Assessoria de Cerimonial e de Eventos Institucionais - Aceri.



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo n. 008.856/2025-7

Pregão Eletrônico n. 90013/ 2026

Órgão Gerenciador: Tribunal de Contas da União – TCU

UASG: 30001

Local de entrega: Tribunal de Contas da União, Setor de Administração Federal Sul, SAFS – Quadra 4, Lote 1, CEP 70042-900, Brasília – DF, Edifício Sede, Sala 342 (Aceri).

No dia [REDACTED] de [REDACTED] de 20[REDACTED], a União, por intermédio do Tribunal de Contas da União, situado no Setor de Administração Federal Sul, Quadra 4, Lote 1, Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n. 00.414.607/0001-18, representado pelo [REDACTED], nos termos da Lei n. 14.133/2021, do Decreto n. 11.462/2023, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n. 90013/2026, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor [REDACTED], localizado [REDACTED], inscrito no CNPJ sob o n. [REDACTED], representado pelo [REDACTED], conforme quadro a seguir:

Item	Descrição do Item	Quantidade		Valor Unitário (R\$)
		Órgão Gerenciador	Total registrada	
1	Scanner de código de barras, conforme proposta vencedora da licitação.	15	15	

***Observação:** Esta Ata de Registro de Preços será de uso exclusivo do Tribunal de Contas da União, não sendo permitida a adesão de órgãos ou entidades não participantes.

Constitui Anexo ao presente instrumento a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do portal Compras.gov.br – acessível publicamente em www.gov.br/compras, contendo o registro:

- Das licitantes que aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do fornecedor, observada a classificação na licitação; e
- Das licitantes que mantiverem sua proposta original.

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

As especificações técnicas constantes do Edital do Pregão Eletrônico n. 90013/2026 integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.



A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais do Tribunal de Contas da União e do Fornecedor.

Brasília-DF, __ de _____ de 20__.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

[Autoridade do TCU competente para assinar a Ata de Registro de Preços]

[Razão social da empresa]

Representante legal: [nome completo]

CI: [número e órgão emissor]

CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO N. [Numero_Acordo].

As CONTRATANTES qualificadas a seguir têm entre si justo e avençado, e celebram o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PARÂMETROS ESPECÍFICOS DA CONTRATAÇÃO

1. **CONTRATANTE:** [Qualificacao_TCU].
2. **CONTRATADA:** [Qualificacao_Fornecedor].
3. **UNIDADE CENTRAL DE APOIO À GESTÃO CONTRATUAL:** [unidade central de apoio à gestão contratual – inciso XIX do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
4. **UNIDADE FISCALIZADORA:** [unidade fiscalizadora – inciso XX do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
5. **UNIDADE GESTORA:** [unidade gestora – inciso XXI do art. 2º da Portaria-TCU n. 122/2023].
6. **PROCESSO ELETRÔNICO:** 008.856/2025-7
7. **LICITAÇÃO:** [Número_Licitacao].
8. **OBJETO:** Fornecimento de scanners de código de barras para otimização do fluxo de trabalho, de modo a promover maior eficiência na digitalização e gestão do público presente em cerimônias realizadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
9. **DOS VALORES:**
 - 9.1. **VALOR TOTAL:** [Valor_Total].
10. **DOS PRAZOS:**
 - 10.1. **VIGÊNCIA:**
 - 10.1.1. O prazo de vigência deste contrato, relativo ao fornecimento, recebimento e pagamento do objeto, é de 4 (quatro) meses, contado da data da sua assinatura.
 - 10.1.2. O prazo de vigência deste contrato, relativo à prestação da garantia do objeto, é de 24 (vinte e quatro) meses, contado do seu recebimento definitivo.
 - 10.2. **ENTREGA:** A entrega dos equipamentos deverá ser feita em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura deste contrato proveniente da Ata de Registro de Preços.



10.3. RECEBIMENTO DEFINITIVO DO OBJETO: A verificação técnica e o aceite definitivo dos equipamentos deverão ocorrer no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.

10.4. GARANTIA DO OBJETO: A garantia dos equipamentos consiste na reparação das eventuais falhas e na substituição de peças e componentes originais que se apresentem defeituosos, durante o período mínimo de 24 (vinte e quatro) meses após recebimento definitivo do objeto.

11. ÍNDICE PARA REAJUSTE CONTRATUAL: Os preços poderão ser reajustados de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

11.1. DATA-BASE PARA REAJUSTE CONTRATUAL: 13/10/2025.

12. FORO: Justiça Federal, no foro da cidade de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

13. Este contrato regula a execução do objeto citado em sua cláusula primeira cujas especificações detalhadas constam anexadas ao edital da licitação convertida na presente contratação, bem como da proposta aceita no procedimento licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DESPESA E DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

14. A despesa orçamentária da execução deste contrato para este exercício de correrá conforme as informações a seguir:

14.1. Valor: R\$ [valor] ([valor por extenso]);

14.2. Empenho: [empenho] de [data] e [indicação do crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica].

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

15. O prazo para entrega, recebimento e garantia do objeto estão definidos na cláusula primeira do contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

16. O prazo de vigência deste contrato, relativo ao fornecimento, recebimento e pagamento do objeto, é de 4 (quatro) meses, contado da data da sua assinatura.

16.1. Este prazo será automaticamente prorrogado pelo tempo correspondente na hipótese de não conclusão do objeto, sem prejuízo das sanções cabíveis decorrentes do atraso.



17. O prazo de vigência deste contrato, relativo à prestação da garantia do objeto, é de 24 (vinte e quatro) meses, contado do seu recebimento definitivo.

18. Nos termos do art. 105 da Lei n. 14.133/2021, deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

CLÁUSULA SEXTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

19. Não será exigida garantia da execução do contrato, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

20. As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

20.1. A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

20.1.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou colaboradores à CONTRATANTE.

20.2. A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

20.2.1. O fiscal nomeado pela CONTRATANTE contará com a orientação da unidade da CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre a CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

20.3. A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

20.3.1. Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

20.4. A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato.

20.5. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

20.6. É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

20.7. A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

20.8. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

20.9. Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

21. A CONTRATADA se compromete, ainda, a:

21.1. Cumprir com as obrigações e requisitos das legislações de proteção de informações relacionadas a pessoas naturais identificadas ou identificáveis (“Dados Pessoais”) vigentes ou que entrarem em vigor na vigência deste contrato;

21.2. Abster-se de realizar quaisquer ações ou omissões que possam resultar de alguma forma em violação das Legislações de Proteção de Dados Pessoais, especialmente quanto à confidencialidade dos dados pessoais;

21.3. Prestar informações à CONTRATANTE para que esta proveja às respostas ao titular de dados, nos termos da LGPD;

21.4. Tratar os dados pessoais apenas para fins lícitos, adotando as melhores posturas e práticas para preservar o direito à privacidade dos titulares e dar cumprimento às regras e princípios previstos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;



- 21.5.** Tomar todas as medidas razoavelmente necessárias para manter a conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais, respeitando as políticas e regras editadas ou que vierem a ser editadas pela CONTRATANTE no tocante ao armazenamento e tratamento de dados e informações pessoais, sem prejuízo do estrito respeito à LGPD, bem como quaisquer outras leis relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste contrato;
- 21.6.** Garantir que qualquer atividade realizada envolvendo o tratamento de Dados Pessoais, resultante do objeto do presente contrato, e as medidas adotadas para a privacidade e segurança estejam em conformidade com as Legislações de Proteção de Dados Pessoais e sejam consistentes com a Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE e normativos correlatos;
- 21.7.** Possibilitar e garantir à CONTRATANTE o acompanhamento, fiscalização e auditoria, a qualquer tempo, no que se refere às obrigações relativas à proteção de dados pessoais;
- 21.8.** Realizar o Tratamento de Dados Pessoais no estrito limite determinado pela CONTRATANTE para execução do contrato;
- 21.9.** Adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança dos Dados Pessoais, viabilizando à CONTRATANTE a coleta de termos de confidencialidade de todos os seus colaboradores vinculados a este contrato;
- 21.10.** Somente realizar o Tratamento de Dados Pessoais como resultado do presente contrato com a finalidade de cumprir com as respectivas obrigações contratuais;
- 21.11.** Não permitir ou facilitar o Tratamento de Dados Pessoais por terceiros para qualquer finalidade que não seja o cumprimento de suas respectivas obrigações contratuais, com exceção, se for o caso, da subcontratação previamente autorizada pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 22.** As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 23.** A CONTRATADA, além das obrigações estabelecidas nos anexos do Edital do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, deve:
- 23.1.** Nomear preposto para, durante o período de vigência, representá-la na execução do contrato;
- 23.2.** Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 23.3.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 23.4.** Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens da CONTRATANTE, ou ainda a terceiros, por dolo ou culpa, durante a execução do contrato;



- 23.5.** Respeitar as normas de controle de bens e de fluxo de pessoas nas dependências da CONTRATANTE;
- 23.6.** Conhecer e observar os princípios e as regras de conduta constantes do Código de Conduta Ética dos Servidores do Tribunal de Contas da União, aprovado pela Resolução-TCU n. 330, de 1º de setembro de 2021, regulamentado pela Portaria-TCU nº 112, de 22 de julho de 2022;
- 23.7.** Conhecer e observar os princípios, diretrizes e protocolos constantes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU;
- 23.8.** Estar ciente de que assume o compromisso de não realizar atos de discriminação, em todas as suas formas, por motivos de raça, gênero e outros, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988 em seu inciso IV do art. 3º, inciso I do art. 5º, observando, no que couber, o Estatuto da Igualdade Racial instituído pela Lei n. 12.288/2010;
- 23.9.** Estar ciente de que assume o compromisso de não praticar, de nenhuma forma, ações que lesionem a Dignidade da Pessoa Humana e a Valorização do Trabalho Humano protegidos nos arts. 1º e 170 da Constituição Federal, e que possam ser enquadradas nos arts. 149, 203 e 207 do Código Penal;
- 23.10.** Indicar, no início da execução do contrato, endereço eletrônico institucional para recebimento de cópia da ordem bancária e, se houver, de retenções, dos respectivos demonstrativos, da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF) e da Declaração de Retenção do Imposto Sobre Serviços (DRISS).
- 23.10.1.** Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE sobre eventuais alterações do endereço eletrônico institucional indicado no item anterior.
- 24.** São expressamente vedadas à CONTRATADA:
- 24.1.** A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;
- 24.2.** A subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
- 24.3.** A contratação de dirigente ou servidor pertencente ao quadro de pessoal da CONTRATANTE, ativo ou aposentado há menos de 5 (cinco) anos, ou de ocupante de cargo em comissão, assim como de seu cônjuge, companheiro, parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 3º grau, durante a vigência deste contrato.
- 25.** A CONTRATANTE, além das obrigações estabelecidas nos Anexos do Edital do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, deve:
- 25.1.** Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato;
- 25.2.** Receber o objeto, conforme estabelecido no edital e anexos da licitação que deu origem à contratação;



- 25.3.** Solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- 25.4.** Entregar à CONTRATADA o Código de Conduta Ética dos Servidores do TCU, previamente ao início da execução do objeto, para a observância de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal;
- 25.5.** Entregar à CONTRATADA, previamente ao início da execução do objeto, a Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e a Todas as Formas de Violência e Discriminação no âmbito do TCU para conhecimento de seus regramentos pelos empregados da CONTRATADA, alocados para a prestação de serviços no Tribunal.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO

- 26.** O objeto será recebido, provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório (TRP), no momento da entrega, mediante relatório que comprove o atendimento das exigências contratuais, pelo fiscal do contrato.
 - 26.1.** O dia de entrega do objeto deverá ser previamente agendado com representante da CONTRATANTE responsável pela fiscalização deste contrato.
- 27.** O Termo de Recebimento Provisório (TRP) não constituirá a aceitação do objeto.
- 28.** No ato da entrega o objeto deverá estar acompanhado da nota fiscal/fatura correspondente, sendo esta condição para o recebimento provisório.
- 29.** O TRP deverá evidenciar a data e o horário da entrega do objeto.
- 30.** O recebimento definitivo (TRD) deverá ser realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal.
- 31.** Como condição para o recebimento definitivo do objeto, o fiscal ou a comissão designada poderá requerer ensaios, testes ou outras provas da conformidade do produto com as exigências constantes do edital e anexos da licitação que deu origem à presente contratação, observadas as normas técnicas aplicáveis.
- 32.** Na hipótese prevista no item anterior, os custos correspondentes correrão por conta da CONTRATADA.
- 33.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos foram entregues em desacordo com a proposta, com vício ou defeito, fora de especificação ou incompletos, a CONTRATADA será notificada por escrito.
 - 33.1.** A CONTRATADA deverá efetuar a troca do(s) produto(s), no prazo de 5 (cinco) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.
 - 33.2.** Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que seja sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.
- 34.** A liberação do pagamento somente ocorrerá após a regularização da não conformidade, mediante novo recebimento provisório e definitivo, e a apresentação de relatório de conformidade emitido pela FISCALIZAÇÃO do contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

35. Durante a vigência deste contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada por fiscais da CONTRATANTE, devidamente designados para esse fim, permitida a assistência de terceiros.

36. A atestação de conformidade do objeto cabe ao titular do setor responsável pela fiscalização deste contrato ou a outro servidor designado para esse fim.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

37. Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n. 14.133/2021, desde que haja interesse da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas, respeitados os limites estabelecidos nos artigos 125 e 126 da mesma Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

38. Com fundamento no § 2º do art. 34 da Portaria-TCU n. 122/2023, os preços deste contrato, desde que observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados da data-base de realização do orçamento estimado da licitação que deu origem à presente contratação (13/10/2025) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro que vier a substituí-lo, acumulado em 12 (doze) meses, adotando-se a seguinte fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde:

Pr = preço reajustado, ou preço novo;

P = preço atual (antes do reajuste);

V = variação percentual obtida na forma desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

39. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

39.1. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

39.2. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

40. A solicitação de reajuste será respondida pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias úteis, contados do protocolo do pedido junto ao setor responsável pela análise.

41. Em se tratando de contrato por escopo, o saldo contratual sobre o qual incidirá o reajuste será informado pela fiscalização do contrato.



- 41.1.** Na apuração do saldo contratual para incidência do reajuste serão deduzidos – além dos serviços medidos e pagos até o momento de aquisição do direito ao reajuste – os serviços previstos em cronograma físico-financeiro mas não executados por culpa exclusiva da CONTRATADA.
- 42.** O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, observadas as demais condições desta cláusula.
- 43.** A atualização dos valores para fins de reajuste deverá permanecer dentro dos limites de despesa pública para o exercício, conforme disposto na Lei Complementar n. 200/2023.
- 44.** O reajuste será formalizado por meio de apostilamento ao contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

- 45.** A extinção do contrato se dará nos termos do artigo 137 da Lei n. 14.133/2021, seguindo, no que couber, os procedimentos e disposições dos arts. 117 a 121 da Portaria-TCU n. 122/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO

- 46.** O presente contrato sujeita as partes às disposições da Lei n. 14.133/2021; e vincula-se ao Edital e anexos do Pregão Eletrônico citado na Cláusula Primeira, bem como à proposta da CONTRATADA.
- 47.** Os casos omissos serão decididos pelo Secretário-Geral de Administração, conforme os preceitos de direito público, considerando, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 48.** A CONTRATADA deve apresentar nota fiscal/fatura do fornecimento ao setor responsável pela fiscalização do contrato, com a finalidade de subsidiar a liquidação e o pagamento.
- 48.1.** Somente serão pagos os itens efetivamente recebidos.
- 49.** A CONTRATANTE realizará o pagamento, mediante ordem bancária (crédito em conta bancária da CONTRATADA) ou via Pix (chave vinculada ao CNPJ da CONTRATADA), em até 10 (dez) dias úteis, contados do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).
- 50.** O descumprimento de qualquer obrigação contratual não gera direito a reajustamento de preços ou correção monetária do pagamento.
- 51.** A CONTRATADA, caso optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, declaração relativa à sua opção por tal regime tributário.
- 52.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação contratual, não gerando direito a reajustamento de preços ou correção monetária.



53. Caso a CONTRATADA opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.
54. A CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste contrato.
55. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
56. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$
- Onde:
- EM = Encargos moratórios devidos;
- N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e
- VP = Valor da prestação em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

57. Com fundamento nos artigos 155 e 156 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, a CONTRATADA:
- 57.1. Será sancionada com **advertência**, caso dê causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 57.2. Ficará **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelos prazos abaixo indicados, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:
- 57.2.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) meses a 2 (dois) anos;
- 57.2.2. Der causa à inexecução total do contrato – de 6 (seis) meses a 3 (três) anos;
- 57.2.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) meses a 1 (um) ano.
- 57.3. Será **declarada inidônea** para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelos prazos abaixo indicados, quando praticar as seguintes infrações:

57.3.1. Aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com a União, nos casos em que implicarem danos financeiros significativos para o TCU, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas.

57.3-1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo – de 3 (três) a 5 (cinco) anos;

57.3-1.2. Der causa à inexecução total do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

57.3-1.3. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado – de 3 (três) a 5 (cinco) anos.

57.3.2. Apresentar ou prestar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

57.3.3. Praticar ato fraudulento na execução do contrato – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos;

57.3.4. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza – de 3 (três) a 4 (quatro) anos;

57.3.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846/2013 – de 4 (quatro) a 6 (seis) anos.

58. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no art. 155 da Lei n. 14.133/2021, e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) ou superior a 30% (trinta por cento) do valor total do contrato.

59. Com fundamento no art. 162 da Lei n. 14.133/2021, em caso de descumprimento do prazo estabelecido para o fornecimento dos equipamentos, sem que haja justificativa aceita pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará sujeita à multa equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor unitário do equipamento em atraso, por dia corrido.

60. A inexecução parcial do contrato estará configurada, entre outras hipóteses, quando o atraso no fornecimento dos equipamentos for superior a 30 (trinta) dias e alguns equipamentos tenham sido entregues.

60.1. No caso de inexecução parcial do objeto, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de 20% (vinte por cento) do valor do contrato.

61. A inexecução total do contrato estará configurada, entre outras hipóteses, quando o atraso no fornecimento dos equipamentos for superior a 30 (trinta) dias e nenhum equipamento tenha sido entregue.

61.1. No caso de inexecução total do objeto, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa de 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

62. A aplicação de multa de mora não impedirá que a CONTRATANTE a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no contrato, nos termos do parágrafo único do art. 162 da Lei n. 14.133/2021.



63. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA.

63.1. Se os valores das faturas forem insuficientes, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da comunicação oficial.

63.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, o débito será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

64. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras constantes do § 6º do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

64.1. Reputar-se-ão inidôneos, entre outras hipóteses, atos tais como os descritos nos artigos 337-L e 337-M, § 2º, do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848/1940).

65. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos artigos 157 a 161 da Lei n. 14.133/2021 e na Portaria-TCU n. 127/2023, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

66. A aplicação das sanções previstas no contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

67. É admitida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, desde que cumpridas, cumulativamente, as exigências dispostas nos incisos I a V e parágrafo único do art. 163 da Lei n. 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

68. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade definida na cláusula primeira deste contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 1 (uma) via, eletronicamente, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente, pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Datado e assinado eletronicamente.

[SEDE TCU]

[REPRESENTANTE TCU]

[CARGO]

[FORNECEDOR]

[REPRESENTANTE FORNECEDOR]